

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 10 de agosto de 2020 às 07h47*  
*Seleção de Notícias*

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | INPI

**O Protocolo de Nagoia e a sua esperada ratificação pelo Brasil . . . . . 3**

## IstoÉ Online | BR

Pirataria

**450 toneladas de sementes 'piratas' de soja são apreendidas no RS . . . . . 5**  
ESTADÃO CONTEÚDO

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

08 de agosto de 2020 | Direitos Autorais

**Os projetos que correm na Câmara para isentar setores de pagar o... direito autoral de artistas . 6**  
ANCELMO GOIS

## Brasilturis | SP

Direitos Autorais

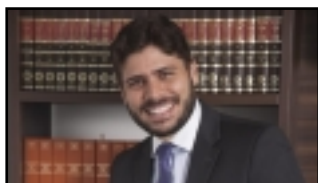
**ABIH Nacional questiona pagamento de direitos autorais ao Ecad . . . . . 7**

## Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

**Toffoli cria centro de mediação e conciliação no STF . . . . . 8**

## O Protocolo de Nagoia e a sua esperada ratificação pelo Brasil



Viviane Kunisawa e Maria Eduarda dos Santos. FOTOS: DIVULGAÇÃO

As manchetes sobre as queimadas da Floresta Amazônica e a pressão de investidores internacionais para que o país adote medidas de coibição trazem apenas uma perspectiva -- neste caso, negativa -- da influência que o bioma pode exercer sobre a economia brasileira. Como um país mega biodiverso, o Brasil sempre exerceu papel de destaque nas negociações internacionais relacionadas à preservação do patrimônio genético dos países e à devida repartição de benefícios decorrente de seu uso sustentável, pautado pelos exemplos do desenvolvimento do captopril para tratamento de hipertensão a partir do veneno da jararaca e do uso do óleo do pau rosa na formulação do Chanel nº 5.

Na última quinta-feira o Senado votou favoravelmente ao Decreto Legislativo 324/20, que aprova o Protocolo de Nagoia no Brasil, após deliberação pela Câmara dos Deputados. O texto segue para promulgação pelo Presidente através de Decreto Federal.

O Protocolo de Nagoia é um acordo multilateral acessório à Convenção sobre **Diversidade** Biológica, celebrado na Rio 92, e visa implementar seu objetivo de repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos **recursos** genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados de forma justa e equitativa. Entrou em vigor em 12 de outubro de 2014 e, atualmente, fazem parte 124 países.

O Protocolo parte da premissa estabelecida na Convenção de que os países possuem direitos soberanos sobre os **recursos** genéticos existentes em seu território e podem exigir o cumprimento de requisitos, bem como a repartição dos benefícios decorrentes de sua utilização por indivíduos, empresas ou entidades governamentais em outros Estados parte. Estes devem tomar medidas para cumprir o que foi estabelecido pela legislação do país provedor.

Assim, os impactos na indústria nacional decorrentes da ratificação do Protocolo estão principalmente relacionados com o dever geral de conhecer e cumprir as obrigações estabelecidas pelo país provedor de um recurso genético estrangeiro ou conhecimentos tradicionais a ele associados.

Esse mesmo dever geral, por outro lado, deve ser aplicado à indústria estrangeira quando essa tem acesso à biodiversidade brasileira ou aos conhecimentos tradicionais a ela associados para o desenvolvimento e fabricação de produtos. Como resultado, o Protocolo tem o potencial de eliminar assimetrias que existam entre as indústrias nacionais e internacionais.

Tendo o Brasil assinado o Protocolo em 2011 e a respectiva mensagem presidencial sido encaminhada à apreciação ao Congresso Nacional em 2012, o atraso em sua ratificação pode ser atribuído à falta de consenso sobre seus impactos positivos ou negativos na economia nacional. Apesar da sua enorme bio-

Continuação: O Protocolo de Nagoia e a sua esperada ratificação pelo Brasil

diversidade, o país é grande usuário de **recursos** genéticos estrangeiros, por exemplo, na agricultura e pecuária.

Motivadas pela necessidade de gerar boa vontade internacional em relação ao país em matéria ambiental, as Frentes Parlamentares da Agropecuária e Ambientalista concordaram que a adesão do Brasil seria importante para garantir um lugar de voto nas discussões em curso sobre a implementação do acordo nos estados parte.

As questões em debate são, por exemplo, o escopo do Protocolo (se será aplicável apenas às espécies que entraram nos países após sua ratificação ou se serão abrangidas novas utilizações de espécies que já se encontravam nos países), a definição de pontos de controle e de informação a serem fornecidas (se os escritórios de patente, como o **INPI**, seriam uma das autoridades), como lidar com os **recursos** genéticos de biomas em áreas transfronteiriças e sequências genéticas digitais.

Destaque-se que a lei brasileira sobre a matéria, Lei 13123/2015, estabelece que a partilha dos benefícios previstos no Protocolo não se aplica à utilização de espécies introduzidas no país pela ação humana nas atividades da agroindústria. Limitou-se seu escopo na legislação nacional, procurando mitigar os impactos nesta área. Quando do envio do instrumento de ratificação, é importante que esta condição seja elencada em declaração pelo Executivo brasileiro, como fez a União Europeia.

Apesar do longo processo brasileiro de internalização do Protocolo de Nagoia, agora, as expectativas da ratificação elevam os ânimos e possibilitam uma participação ainda mais ativa do país nas decisões que regerão o acordo internacional, incluindo a definição de seu escopo.

Viviane Kunisawa e Maria Eduarda dos Santos\*

## 450 toneladas de sementes 'piratas' de soja são apreendidas no RS



Agropecuários da secretaria, Rita Antochévis.

Na ação, também foram detectados armazenamento e destinação incorreta de embalagens vazias de agrotóxicos, crimes ambientais de queimadas e agrotóxicos proibidos no Brasil.

São Paulo, 7 - A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seapdr) do Rio Grande do Sul participou na quinta-feira, 6, de operação conjunta com o Ministério da Agricultura e a Polícia Civil na apreensão de 450 toneladas de sementes de soja sob suspeita de **pirataria**.

Conforme nota da secretaria, foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão nos municípios de Santa Bárbara do Sul, Carazinho e Almirante Tamandaré do Sul.

"Considerando o preço base, as sementes apreendidas representam mais de R\$ 1,5 milhão. Algumas dessas sementes estavam sendo ofertadas como sementes originais, de custo ainda maior", explicou a chefe adjunta da Divisão de Insumos e Serviços

## Os projetos que correm na Câmara para isentar setores de pagar o... direito autoral de artistas



Santos (foto), falecido em 2017, e cuja música "Sorte grande" (mais conhecida como "Poeira") fez o maior sucesso em 2003, na voz espetacular da cantora baiana.

Por **Ancelmo Gois**

Nessa disputa sino americana é comum ouvir, inclusive aqui no Brasil, que os patrícios de Confúcio roubam a propriedade intelectual de outros países. Pois bem. A Câmara, com o apoio implícito de Bolsonaro, aprovou esta semana um requerimento de regime de urgência para um PL que vem tramitando na casa desde 1997, e um outro apresentado há menos de uma semana. Ambos tungam o **direito** autoral de 383 mil trabalhadores do ramo musical. É aquela ideia, recorrente, de isentar alguns setores - o caso mais notório é o dos hotéis - de recolherem os **direitos** autorais das músicas que tocam. Algo como descobrir um santo para cobrir outro. Na verdade, é comum se pensar uma inverdade: que todo artista é rico - o que vale também para jogador de futebol. Para uma Ivete, que ganha o que merece, há milhares de compositores que vivem do dinheiro do **direito** autoral. É o caso da família de Lourenço Olegário dos

## ABIH Nacional questiona pagamento de direitos autorais ao Ecad



De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), o setor não questiona o pagamento de **direitos** autorais pelas músicas tocadas nas áreas públicas dos meios de hospedagem - como recepção, restaurantes, áreas sociais e recreativas - porém, para a entidade, a cobrança não é pertinente dentro dos quartos de hotéis, já que a Lei de **Direitos** Autorais autoriza a cobrança da execução musical somente em locais públicos em contraponto com a Lei Geral do Turismo que determina os apartamentos dos meios de hospedagem como um local privado, ou seja, como residência temporária, a exemplo da diretiva 2006/115/CE da Comunidade Europeia que reconhece o quarto de hotel como ambiente privado não sujeito ao recolhimento.

Para Manoel Linhares, presidente da entidade, outro ponto que merece ser destacado nessa questão é que as emissoras de TV e Rádio ou operadoras de divulgação assemelhadas de streamings, como Spotify e Netflix, já pagam as taxas relacionadas aos **direitos** autorais ao Ecad, o que torna a cobrança nos apartamentos de hotéis uma dupla tributação.

Segundo informações do Ecad, a hotelaria gera 23 milhões de reais em **direitos** autorais, de um total de 1,1 bilhão arrecadados, ou seja, o que ela arreda com a hotelaria nacional corresponde a 2,5% da sua receita total, o que para a ABIH Nacional não im-

pactaria significativamente a receita, conforme alega o órgão. A ABIH Nacional também questiona a forma de cobrança dos **direitos** autorais uma vez que, segundo a entidade, o Ecad taxa os hotéis por estimativa.

"Com isso, a cobrança que antes era baseada em uma ocupação presumida de cerca de 50%, passou a chegar para os hotéis, inclusive para aqueles que estão fechados, sem nenhuma receita, como se eles estivessem com índices de ocupação entre 25 e 30%, em um momento que apenas 15% dos hotéis do país estão em funcionamento, com uma taxa de ocupação menor do que 5%" finalizou o presidente nacional da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis



## Toffoli cria centro de mediação e conciliação no STF



O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, criou o CMC - Centro de **Mediação** e Conciliação, responsável pela busca e implementação de soluções consensuais nos processos em andamento na Corte. A resolução 697/20, que prevê a medida, entrará em vigor na próxima segunda-feira, 10. O centro será coordenado por juiz auxiliar da presidência.

Toffoli anunciou a edição do normativo na quinta-feira, 6, no evento que marcou a assinatura do acordo de cooperação técnica para o combate à corrupção, especialmente em relação aos acordos de leniência. Na ocasião, ressaltou tratar-se de proposta do ministro Gilmar Mendes, com o objetivo de evitar a judicialização de casos que possam ser resolvidos amigavelmente.

O CMC estará subordinado diretamente à presidência do Tribunal e buscará, mediante **mediação** ou conciliação, a solução de questões jurídicas sujeitas à competência do STF que, por sua natureza, a lei permita a solução pacífica. A tentativa de conciliação poderá ocorrer nas hipóteses regimentais de competência da presidência ou a critério do relator, em qualquer fase processual.

Os interessados poderão peticionar à presidência do STF para solicitar a atuação do centro em situações que poderiam deflagrar conflitos de competência originária do STF para viabilizar a solução pacífica da controvérsia antes da judicialização. Os relatores terão a faculdade de encaminhar os autos ao CMC, a qualquer tempo, de ofício ou mediante provocação

das partes.

A utilização do centro não prejudica tentativa de conciliação pelo próprio relator da ação. O CMC, a pedido do relator, prestará o apoio necessário aos gabinetes nas tentativas de conciliação realizadas. Os ministros poderão indicar servidores e juízes auxiliares e instrutores de seus gabinetes para atuarem nas atividades conciliatórias nos processos de sua relatoria.

Poderão atuar como mediadores e/conciliadores, de forma voluntária e não remunerada: ministros aposentados; magistrados, membros do Ministério Público, advogados e defensores públicos aposentados; servidores do Poder Judiciário; e advogados. A atividade não constituirá vínculo empregatício e não acarretará despesas ao STF.

O coordenador, o mediador, o conciliador, as partes, seus advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, assistentes técnicos e demais envolvidos, direta ou indiretamente, nas atividades, estão submetidos à cláusula de confidencialidade, devendo guardar sigilo a respeito do que for dito, exibido ou debatido na sessão, de modo a não permitir que tais ocorrências sejam consideradas para outros fins que não os da tentativa de conciliação.



## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria** | Biopirataria  
3

**Marco** regulatório | INPI  
3

**Pirataria**  
5

**Direitos** Autorais  
6, 7

**Arbitragem** e Mediação  
8